



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro (8/8/2024), às onze horas (11h), realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Hélder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Marcos Méro e Sérgio Amaral Scala. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes e Neide Maria Camelo da Silva. Também ausente justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: **1.** Ata da 12ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024; **2.** Ofício n. 49/2024 – Secretaria do CPJ. Assunto: Encaminha à Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ, para relatoria: TAP – Sistema ZEUS. (para conhecimento); **3.** Referendo da Resolução CPJ n. 23/2024, que reativa a Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia, altera as atribuições das Promotorias de Justiça de Arapiraca e dá outras providências; **4.** Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Altera a Resolução CPJ nº 7/2023, Altera a Resolução CPJ n. 7/2023 para fixar as substituições automáticas das Promotorias de Justiça de Anadia, Boca da Mata e Satuba, de 1ª entrância, e da 52ª e 65ª Promotorias de Justiça da Capital, de 3ª entrância. Após a leitura, o Excelentíssimo Presidente propôs a inserção da seguinte matéria em pauta: **5.** GED n. 20.08.0284.0003926/2024-05. Interessados: Dras. Ariadne Dantas Menezes e outros; Assunto: Requerimento de



3 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
4 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

39 providências. Posta em votação, a proposta de inclusão de nova matéria na
40 ordem do dia foi acolhida pelos demais Procuradores de Justiça. Na
41 sequência, o colegiado, após proposição do Presidente, decidiu inverter a
42 ordem da pauta, com a finalidade de iniciar os trabalhos pelo item 5.
43 Quanto ao **item 5**, o Presidente esclareceu que o processo em análise versa
44 sobre requerimento feito por alguns Promotores de Justiça acerca da
45 necessária observância da simetria constitucional existente entre as
46 carreiras do Ministério Público e da Magistratura. Informou que o objetivo
47 da inserção desta matéria na pauta é dar conhecimento ao colegiado que os
48 referidos os autos foram encaminhados à Comissão Permanente de
49 Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Passada a palavra ao
50 Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, Presidente da referida
51 Comissão, este solicitou ao Presidente que a Secretaria do CPJ adotasse as
52 providências necessárias à instrução do feito a fim de averiguar a
53 possibilidade financeira e jurídica do pleito. Com a palavra, o Presidente
54 deferiu o pedido e determinou que a Secretaria do CPJ adotasse as medidas
55 sugeridas pela Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e
56 Administrativos do CPJ. O colegiado conheceu da matéria. Quanto ao **item**
57 **1**, Após regular apreciação, a Ata da 12ª Reunião Ordinária do CPJ em
58 2024 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado, abstendo-
59 se de votar o Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena
60 Acioly por não ter comparecido à sessão passada. Quanto ao **item 2**, o
61 Presidente esclareceu que o expediente em análise foi inserido na presente
62 pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca do
63 encaminhamento do TAP: 1- Sistema ZEUS; à Comissão Permanente
64 Assuntos Administrativos Institucionais do CPJ, conforme preconizado na
65 Resolução CPJ n. 24/2023 que dispõe sobre a participação dos
66 Procuradores de Justiça na construção e na execução de projetos
67 institucionais. A distribuição foi conhecida pelo colegiado. Quanto ao **item**
68 **3**, o Presidente informou que a matéria em análise versa sobre o referendo
69 da Resolução CPJ n. 23/2024 que reativa a Promotoria de Justiça de
70 Limoeiro de Anadia, altera as atribuições das Promotorias de Justiça de
71 Arapiraca e dá outras providências. Colocada em votação, a Resolução foi
72 referendada, por unanimidade. Quanto ao **item 4**, o Presidente asseverou
73 que a proposta de Resolução ora em análise altera a Resolução CPJ nº
74 7/2023, Altera a Resolução CPJ n. 7/2023 para fixar as substituições
75 automáticas das Promotorias de Justiça de Anadia, Boca da Mata e Satuba,
76 de 1ª entrância, e da 52ª e 65ª Promotorias de Justiça da Capital, de 3ª




MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

entrância. Disse que a minuta foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da proposta, esclarecendo todos os pontos abordados. Posta em votação, a proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Ato contínuo, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, Corregedor-Geral do MPAL, disse que durante a semana a Corregedoria Nacional do Ministério Público está realizando correição nos órgãos do Ministério Público do Estado de Alagoas responsáveis pela aplicação de medidas correicionais. Informou que no dia anterior a Corregedoria local fora objeto de correição e ressaltou que um dos principais pontos abordados pelos membros da Corregedoria Nacional foi a necessidade de atuação presencial dos membros do Ministério Público quando da realização de audiências e feitos judiciais no âmbito do 2º grau de jurisdição. Afirmou que recebeu um expediente da Corregedoria Nacional esclarecendo que no período de 23 de setembro a 3 de outubro de 2024, na modalidade virtual, e no período de 30 de setembro a 03 de outubro de 2024, na modalidade presencial, será realizada Correição Ordinária com foco na promoção de Direitos Fundamentais em unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas, nas comarcas a que pertencem aos municípios de Maceió, Arapiraca, Rio Largo, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Penedo, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia, Coruripe, Santana do Ipanema. Teotônio Vilela e Maragogi, particularmente nas Promotorias de Justiça, Núcleos, Grupos, Centros de Apoio e congêneres, com atuação nas áreas de defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar, na prevenção e no enfrentamento à discriminação de raça e diversidade e à violência contra a população LGBTQIAPN+, na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, na garantia da proteção de dados pessoais de cidadãos, na defesa da infância e juventude (inclusive, nas de família) e na defesa da educação infantil, bem como nas Promotorias de Justiça com atribuição em crimes praticados contra crianças e adolescentes, podendo incluir visitas ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com a finalidade de verificar a regularidade e a qualidade de atuação ministerial. Disse que no aludido período, os membros das unidades que serão correicionadas deverão ficar à disposição da Corregedoria Nacional das 8:00 às 18:00 horas. Informou que solicitará à Procuradoria-Geral de Justiça a suspensão de eventuais férias e/ou licenças de todos os agentes



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

115 ministeriais envolvidos na correição. Com a palavra, o Presidente sugeriu
116 que antes da correição houvesse uma reunião da Administração Superior
117 com os agentes ministeriais envolvidos, de modo que pretende editar uma
118 convocação de todos os Promotores de Justiça que serão submetidos à
119 Correição Ordinária com o escopo de articular os pontos abordados. Em
120 seguida, o Excelentíssimo Presidente agradeceu a presença de todos e
121 declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e
122 rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça,
123 Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____
124 sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da
125 Sessão.


Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão



PORTARIA SPGAI nº 454, DE 22 DE AGOSTO DE 2024

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0001429/2024-51, RESOLVE conceder em favor do Dr. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, Subprocurador-Geral Administrativo Institucional do Ministério Público, portador do CPF nº 341.024.424-72, matrícula nº 15036-3, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 992,94 (novecentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 1.905,22 (um mil, novecentos e cinco reais e vinte e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Brasília - DF, no período de 21 a 23 de agosto de 2024, para tratar de assuntos institucionais, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

PORTARIA SPGAI nº 455, DE 22 DE AGOSTO DE 2024

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0001429/2024-51, RESOLVE conceder em favor do Dr. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, Subprocurador-Geral Administrativo Institucional do Ministério Público, portador do CPF nº 341.024.424-72, matrícula nº 15036-3, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 992,94 (novecentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 1.905,22 (um mil, novecentos e cinco reais e vinte e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de São Luiz - MA, no período de 28 a 31 de agosto de 2024, para tratar de assuntos institucionais, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

PORTARIA SPGAI nº 456, DE 22 DE AGOSTO DE 2024

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0001429/2024-51, RESOLVE conceder em favor do Dr. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, Subprocurador-Geral Administrativo Institucional do Ministério Público, portador do CPF nº 341.024.424-72, matrícula nº 15036-3, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 992,94 (novecentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 1.905,22 (um mil, novecentos e cinco reais e vinte e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Belo Horizonte - BH, no período de 12 a 14 de setembro de 2024, para tratar de assuntos institucionais, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO



ESTADO DE ALAGOAS

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro (8/8/2024), às onze horas (11h), realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Hélder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Marcos Méro e Sérgio Amaral Scala. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes e Neide Maria Camelo da Silva. Também ausente justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 12ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024; 2. Ofício n. 49/2024 – Secretaria do CPJ. Assunto: Encaminha à Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ, para relatoria: TAP – Sistema ZEUS. (para conhecimento); 3. Referendo da Resolução CPJ n. 23/2024, que reativa a Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia, altera as atribuições das Promotorias de Justiça de Arapiraca e dá outras providências; 4. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Altera a Resolução CPJ nº 7/2023, Altera a Resolução CPJ n. 7/2023 para fixar as substituições automáticas das Promotorias de Justiça de Anadia, Boca da Mata e Satuba, de 1ª entrância, e da 52ª e 65ª Promotorias de Justiça da Capital, de 3ª entrância. Após a leitura, o Excelentíssimo Presidente propôs a inserção da seguinte matéria em pauta: 5. GED n. 20.08.0284.0003926/2024-05. Interessados: Dras. Ariadne Dantas Menezes e outros; Assunto: Requerimento de providências. Posta em votação, a proposta de inclusão de nova matéria na ordem do dia foi acolhida pelos demais Procuradores de Justiça. Na sequência, o colegiado, após proposição do Presidente, decidiu inverter a ordem da pauta, com a finalidade de iniciar os trabalhos pelo item 5. Quanto ao item 5, o Presidente esclareceu que o processo em análise versa sobre requerimento feito por alguns Promotores de Justiça acerca da necessária observância da simetria constitucional existente entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura. Informou que o objetivo da inserção desta matéria na pauta é dar conhecimento ao colegiado que os referidos autos foram encaminhados à Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Méro, Presidente da referida Comissão, este solicitou ao Presidente que a Secretaria do CPJ adotasse as providências necessárias à instrução do feito a fim de averiguar a possibilidade financeira e jurídica do pleito. Com a palavra, o Presidente deferiu o pedido e determinou que a Secretaria do CPJ adotasse as medidas sugeridas pela Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. O colegiado conheceu da matéria. Quanto ao item 1, Após regular apreciação, a Ata da 12ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado, abstendo-se de votar o Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly por não ter comparecido à sessão passada. Quanto ao item 2, o Presidente esclareceu que o expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca do encaminhamento do TAP: 1- Sistema ZEUS; à Comissão Permanente Assuntos Administrativos Institucionais do CPJ, conforme preconizado na Resolução CPJ n. 24/2023 que dispõe sobre a participação dos Procuradores de Justiça na construção e na execução de projetos institucionais. A distribuição foi conhecida pelo colegiado. Quanto ao item 3, o Presidente informou que a matéria em análise versa sobre o referendo da Resolução CPJ n. 23/2024 que reativa a Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia, altera as atribuições das Promotorias de Justiça de Arapiraca e dá outras providências. Colocada em votação, a Resolução foi referendada, por unanimidade. Quanto ao item 4, o Presidente asseverou que a proposta de Resolução ora em análise altera a Resolução CPJ nº 7/2023, Altera a Resolução CPJ n. 7/2023 para fixar as substituições automáticas das Promotorias de Justiça de Anadia, Boca da Mata e Satuba, de 1ª entrância, e da 52ª e 65ª Promotorias de Justiça da Capital, de 3ª entrância. Disse que a minuta foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da proposta, esclarecendo todos os pontos abordados. Posta em votação, a proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Ato contínuo, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, Corregedor-Geral do MPAL, disse que durante a semana a Corregedoria Nacional do Ministério Público está realizando correição nos órgãos do Ministério Público do Estado de Alagoas responsáveis pela aplicação de medidas correicionais. Informou que no dia anterior a Corregedoria local fora objeto de correição e ressaltou que um dos principais pontos abordados pelos membros da Corregedoria Nacional foi a necessidade de atuação presencial dos membros do Ministério Público quando da realização de audiências e feitos judiciais no âmbito do 2º grau de jurisdição. Afirmou que recebeu um expediente da Corregedoria Nacional esclarecendo que no período de 23 de setembro a 3 de outubro de 2024, na modalidade virtual, e no período de 30 de setembro a 03 de outubro de 2024, na modalidade presencial, será realizada Correição Ordinária com foco na promoção de Direitos Fundamentais em unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas, nas comarcas a que pertencem aos municípios de Maceió, Arapiraca, Rio Largo, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Penedo, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia, Coruripe, Santana do Ipanema, Teotônio Vilela e Maragogi, particularmente nas Promotorias de Justiça, Núcleos, Grupos, Centros de Apoio e congêneres, com atuação nas áreas de defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar, na prevenção e no enfrentamento à discriminação de raça e diversidade e à violência contra a população LGBTQIAPN+, na defesa dos direitos



das pessoas com deficiência, na garantia da proteção de dados pessoais de cidadãos, na defesa da infância e juventude (inclusive, nas de família) e na defesa da educação infantil, bem como nas Promotorias de Justiça com atribuição em crimes praticados contra crianças e adolescentes, podendo incluir visitas ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com a finalidade de verificar a regularidade e a qualidade de atuação ministerial. Disse que no aludido período, os membros das unidades que serão correicionadas deverão ficar à disposição da Corregedoria Nacional das 8:00 às 18:00 horas. Informou que solicitará à Procuradoria-Geral de Justiça a suspensão de eventuais férias e/ou licenças de todos os agentes ministeriais envolvidos na correição. Com a palavra, o Presidente sugeriu que antes da correição houvesse uma reunião da Administração Superior com os agentes ministeriais envolvidos, de modo que pretende editar uma convocação de todos os Promotores de Justiça que serão submetidos à Correição Ordinária com o escopo de articular os pontos abordados. Em seguida, o Excelentíssimo Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Corregedoria Geral do Ministério Público

Despachos

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MAURÍCIO PITTA, DESPACHOU NO DIA 22 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2024.00000691-7
Inspeção Permanente – 10ª Procuradoria de Justiça Cível
Interessado: Corregedoria Geral
Unidade Ministerial: 28ª Promotoria de Justiça da Capital
EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Assessoria Técnica e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2024.00001411-3
Inspeção Permanente – 6ª Procuradoria de Justiça Criminal
Interessado: Corregedoria Geral
Unidade Ministerial: 39ª Promotoria de Justiça da Capital
EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Assessoria Técnica e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2024.00000701-6
Inspeção Permanente – 10ª Procuradoria de Justiça Cível
Interessado: Corregedoria Geral
Unidade Ministerial: Promotoria de Justiça de Feira Grande
EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Assessoria Técnica e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2024.00000699-4
Inspeção Permanente – 10ª Procuradoria de Justiça Cível
Interessado: Corregedoria Geral
Unidade Ministerial: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe
EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Assessoria Técnica e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2024.00001413-5
Inspeção Permanente – 6ª Procuradoria de Justiça Criminal
Interessado: Corregedoria Geral
Unidade Ministerial: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe

